

# jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo  
Av. Engenheiro Coeteno Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JORNAL DA TARDE

25 ABR 1988

JÚLIO MESQUITA  
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
(1927 - 1969)

Director Responsável

RUY MESQUITA

Directores

José Vieira de Carvalho Mesquita  
Júlio de Mesquita Neto  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
Ruy Mesquita  
César Tácito Lopes Costa  
José M. Homem de Montes  
Oliveiros S. Ferreira

## Convívio com a modernidade ou Tecelagem Paraíba?

Não resta a menor dúvida de que a economia brasileira — referimo-nos ao setor privado — está acometida de uma anemia aguda e se não for corretamente tratada — e com urgência — em pouco tempo entrará naquilo que os médicos chamam de “fase terminal”, quando já não terá mais salvação. Os últimos “boletins médicos” indicam que o estado do paciente é realmente muito grave: a inflação de abril, por exemplo, não será inferior a 21%, diziam os jornais de sexta-feira, recheados por uma longa lista de aumentos que já tiram qualquer esperança de que em maio poderá haver uma estabilização dos preços num nível mais baixo, como imaginava o ministro da Fazenda. E isso não é o pior: o consumo de energia elétrica na área industrial em São Paulo caiu 5,4% no primeiro trimestre do ano em comparação com o mesmo período de 1987, indicando claramente que a recessão vai atingindo aos poucos o maior parque produtor e empregador do País.

O organismo econômico brasileiro sempre teve um setor — o setor mais amplo, responsável por mais de 70% do PIB — em precárias condições de saúde: o setor estatal. Mas o setor sadio desse organismo — o setor privado — até recentemente vinha conseguindo sustentar esse setor podre, ministrando-lhe generosas doses de plasma (leia-se dinheiro) para evitar que a doença se alastrasse. Quando o mal se agravou, esperava-se que os responsáveis pelo tratamento do doente (os governantes) atacassem os focos de infecção — aqueles que geram o déficit público — com a determinação necessária para conter o alastramento do mal.

O que foi feito até agora, porém — muito pouco e com grande atraso —, não foi suficiente para impedir que a parte saudável desse organismo começasse a apresentar sintomas preocupantes de exaustão, traduzidos numa queda de arrecadação tributária da União — 5,49% de redução de março do ano passado até março deste ano.

Pois bem. Diante de um quadro clínico desses a Assembléia Nacional Constituinte vai aviando uma receita que só poderá aumentar avassaladoramente os glóbulos brancos do sangue do doente. Para um paciente acometido de anemia perniciosa, os senhores constituintes estão receitando uma dieta rigorosa, sem qualquer presença de ferro, prescrevendo exercícios físicos exaustivos e determinando que ele continue doando sangue ao parasita estatal. O primeiro golpe assestado pela Constituinte no setor privado foi no capítulo dos direitos sociais, com os novos benefícios aprovados para os trabalhadores. Segundo cálculos de dois professores da USP que já citamos mais de uma vez em nossos editoriais, se essas vantagens forem mantidas no texto final da Constituição elas representarão um aumento de mais de 50% nos custos de mão-de-obra das empresas. As conseqüências disso são previsíveis: firmas fechando, empregados sendo demitidos, preços aumentando para cobrir os novos custos.

O segundo golpe foi armado na votação do capítulo do sistema tributário nacional, quando se criaram todas as condições para que o governo, em suas três esferas — municipal, estadual e federal —, possa fazer novas sangrias em cima dos contribuintes pessoas físicas e jurídicas.

“A Reforma Tributária aprovada, à evidência, é excelente para os governantes, e péssima para os contribuintes. Os governantes se transformarão em verdadeiros senhores feudais da Idade Média, vivendo à custa dos escravos da gleba daquela época, ou seja, dos contribuintes de hoje” — denuncia o tributarista Ives Gandra da Silva Martins.

“O contribuinte brasileiro está roubado. Primeiro porque será vítima da criação de três novos impostos, um sobre o patrimônio, outro sobre a renda e um terceiro sobre operações financeiras nas compras a prazo. Segundo, porque sem a garantia da anterioridade ou anualidade, poderá ser surpreendido todo mês pela cobrança de mais impostos” — adverte o economista Carlos Alberto Longo, da USP. Na opinião de economistas e tributaristas, o brasileiro será vítima de um novo brutal aumento de carga tributária depois de promulgada a Constituição se a Constituinte confirmar no segundo turno o que aprovou no primeiro.

Diz o ex-ministro Francisco Dornelles, à guisa de defesa sua e de seus pares (ele foi um dos articuladores dessa reforma), que “a Constituição não cria, não aumenta e não reduz impostos. Ela dá poder à União, aos Estados e aos municípios para criarem impostos, limitando a competência de cada um. As leis da União, de Estados e municípios é que definirão estes impostos”. Há aí um extraordinário equívoco: a função de uma Constituição é proteger os cidadãos do poder do Estado e o capítulo do sistema tributário deu mais poder ao Estado para escorchar os cidadãos.

Ao agirem como agiram, nossos constituintes parecem ter esquecido um episódio de nossa história que foi comemorado, com grande pompa e circunstância, na semana que passou: a Inconfidência Mineira. Tiradentes foi o mártir do inconformismo com a voracidade do fisco da Coroa Portuguesa.

Mas nossos constituintes ainda não esgotaram sua volúpia de inviabilizar a economia da democracia brasileira, o que quer dizer, de inviabilizar a própria democracia brasileira.

O golpe fatal sobre a parte sadia do organismo econômico brasileiro está montado no título **Da Ordem Econômica** da futura Constituição, que começará a ser votado esta semana. Há pelo menos cinco pontos — conceito de empresa nacional, presença do capital estrangeiro no País, intervenção do Estado na economia, política de mineração e distribuição de derivados do petróleo — que, se aprovados como os grupos nacional-estatizantes estão pretendendo, irão servir apenas para afastar os investimentos externos do País, reduzir os espaços da iniciativa privada e aumentar o grau de estatização da economia nacional.

Em entrevista concedida neste final de semana à *Gazeta Mercantil*, o ministro Mafson da Nóbrega nos dava conta do que sentiu nos seus últimos contactos com o mundo desenvolvido.

Basta “uma adequada normalização das relações do Brasil com a comunidade internacional, que o Brasil volte a ser visto como um bom investimento, que se restabeleçam fluxos das agências oficiais, multilaterais e do próprio investimento estrangeiro... que se prepare o caminho para o retorno do Brasil ao mercado voluntário de capitais”... basta que o Brasil se convença de que “o empresário nacional... é tão competitivo quanto a empresa estrangeira e é capaz de trabalhar no regime de mercado”... basta “repensar o Estado” e “repensar o Estado significa investir na modernidade, admitir que a economia brasileira, em muitos setores, atingiu um grau de maturidade que dispensa uma tutela injustificada do Estado... deixar que a iniciativa, a imaginação e a garra dos empresários, nacionais ou estrangeiros (grifos

nossos), seja o motor do desenvolvimento nacional”, para que o Brasil se instale plenamente no convívio da modernidade.

A alternativa é a vitória da decrepitude ideológica tão bem representada por aquilo que se define como PMDB histórico, talvez porque seja exatamente isto: um mero registro histórico.

Não dá para acreditar que o processo conduzido até aqui pelo Brasil real, pelo Brasil moderno que Mafson definiu com tanta lucidez na entrevista que citamos neste editorial, seja detido e revertido pela vitória na Constituinte daquele pequeno grupo anacrônico que tem como paradigma esse saltitante senador que luta para fazer do sistema produtivo brasileiro uma imensa Tecelagem Paraíba.